



## **ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO: O LUGAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENTRE AS CIÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO**

**Carlos Henrique Marcondes**

**Departamento de Ciência da Informação – Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Brasil**

### **RESUMO**

Apesar do reconhecimento generalizado de suas interfaces e entrelaçamentos históricos e epistemológicos, a configuração institucional para a gestão de C&T no Brasil, configurada na Tabela de Áreas do Conhecimento CAPES/CNPq, apresenta a CI como um grande guarda-chuva sob a qual estariam a subáreas como Arquivologia, a Biblioteconomia e mesmo a Museologia. Ao longo da trajetória histórico-epistemológica da CI, foram propostas várias teorias para dar conta do fenômeno informação, todas, no entanto, centradas ora em um, ora em outro aspecto específico. É esboçada uma teoria que integra os conceitos de documento e informação. É proposta uma visão analítica detalhada e fundamentada ontologicamente da noção de documento, com vistas a fornecer subsídios para a compreensão do funcionamento de documentos nos mais variados contextos específicos, incluindo aquelas subáreas e discutir a relação documento-informação. É reafirmada a visão do documento como um instrumento cujas funções estão ligadas a processos evolutivos, a linguagem e a cultura. É apresentada uma definição de documento que o considera fundamentalmente como um artefato, artificial, criado e usado com determinadas finalidades em contextos específicos. O objetivo é contribuir para fundamentar a Ciência da Informação.

**Palavras-Chave:** Cultura; Linguagem; Documento; Informação; Ciência da Informação; Fundamentos; Epistemologia; Tabela de Áreas do Conhecimento CAPES/CNPq.

### **ABSTRACT**

Despite the widespread recognition of its interface and interweaving historical and epistemological, the institutional setting for the management of S&T in Brazil, set in the Table of Knowledge Areas CAPES/CNPq, represents the Information Science (IS) as a large umbrella under which they would be subareas as the Archivology, Librarianship and even Museology. By then the trajectory of historical-epistemological IS have proposed several theories to account for the phenomenon information all, however, focused now on one, now another specific aspect. Is outlines a theory that integrates the concepts of document and information. The proposal is a detailed and analytical view of the notion of ontologically based document, aimed at providing data for understanding the operation of documents in various contexts, including those sub-areas and discuss the relation-document information. It reaffirmed the vision of the document as an instrument whose functions are linked to evolutionary processes, language and culture. It presented a document definition that considers as primarily an artifact, artificial, created and used with specific purposes in specific contexts. The aim is to support the Information Science.

**Keywords:** Culture; Language; Document; Information; Information Science; Fundamentals; Epistemology; Table of Knowledge Areas CAPES/CNPq.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar do reconhecimento generalizado de suas interfaces e entrelaçamentos históricos e epistemológicos, a configuração institucional para a gestão de ciência e tecnologia (C&T) no Brasil, consubstanciada na atual Tabela de Áreas do Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAPES/CNPq), representa a Ciência da Informação (CI) como um grande guarda-chuva sob a qual estariam a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Documentação e mesmo a Museologia, numa relação gênero-espécie. Esta configuração não reflete corretamente nem os trajetos histórico/epistemológicos, nem os objetos destas disciplinas, mas sim diferenças no processo de constituição e institucionalização da CI como disciplina científica no mundo e, em especial no Brasil, em contraste com os processos vividos por aquelas disciplinas.

Desde a sua constituição como disciplina científica, em torno da Década de 60 do Século XX, a CI vêm procurando construir uma teoria integrada e coerente que dê conta do fenômeno informação. Na sua fase inicial a CI era pouco mais do que um conjunto de técnicas que visavam a otimizar o uso do computador, recém inventado, na tarefa de recuperação de registros que representavam o crescente número de publicações científicas, criados e armazenados em bases de dados computacionais. Ao longo da sua evolução epistemológica a CI construiu visões cada vez mais abrangentes do fenômeno informação, associadas aos chamados paradigmas “sistêmico”, “cognitivo” e “sócio-cognitivo”. Nas intensas discussões que resultaram na construção destas visões a CI têm oscilado entre conceituações objetivas e subjetivas da informação; como questiona Hjörland (2004): “*Information: Objective or Subjective/Situational?*”. Estas visões parecem conflitantes e excludentes e diversos autores na área (FROHMANN, 1995; BUCKLAND, 1997; CAPURRO, 2003; HJÖRLAND, 2004) têm privilegiado uma ou outra.

Apesar de reconhecimentos esparsos ao longo da sua história do débito da CI com a Documentação, a discussão do documento dentro da CI foi, de certa forma, ofuscada e mesmo considerada ultrapassada frente a um objeto que parece ter um apelo muito maior, a informação (FREITAS, 2003). A recente revalorização das discussões sobre o documento na CI – Lund (2009, p.399) fala de “*a renaissance for*

*the document approach*” – mostra como muita elaboração teórica ainda é necessária para compatibilizar e integrar a questão do documento no escopo teórico da CI. É necessário avançar na construção de uma consistente teoria do documento, incluindo aí sua relação com a “informação”, uma ontologia do documento, não somente no sentido do que ele é hoje, mas dos processos históricos que permitiram ele vir a ser o que é, uma teoria que abranja seus usos sociais.

O objetivo do presente estudo é discutir objetos, interfaces e trajetórias epistemológicas das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, em especial no contexto brasileiro. São analisados os fundamentos sociais, culturais e ontológicos do conceito de documento, a emergência do conceito de informação e as possíveis relações entre ambos. É esboçada uma teoria que integra os conceitos de documento e informação; o documento é proposto como possível base comum para essas disciplinas. A análise serve de base para identificar os objetos dessas disciplinas e delimitar seus escopos, diferenças e interfaces com o objetivo de contribuir para fundamentá-las, potencializando suas sinergias.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Há algum tempo temos trabalhado (MARCONDES, 2010) esboçando uma análise que relaciona documentos e suas funções na sociedade atual e em outras sociedades à linguagem a partir de aspectos antropológicos e evolutivos da humanidade e do papel da linguagem e cultura nestes processos. Cognição, cultura e linguagem são propostas como noções fundamentais para uma discussão sobre os fundamentos da CI. A partir de visões recentes da Antropologia Cultural, Biologia Evolutiva e Psicologia Evolutiva são percorridas questões como a emergência do pensamento simbólico, o surgimento da cultura, da linguagem, da escrita, para culminar no documento. Autores como Tattersall, discutindo o surgimento da cognição moderna, Nowak e Komarova (2001), discutindo o surgimento da linguagem, Dunbar (1993) e Knight *et al.* (2000), discutindo o papel social da linguagem, Maturana e Varela (2000), discutindo os fundamentos biológicos da cognição humana, lançam novas luzes para compreensão do papel dessas questões na evolução humana. Dessas discussões também emergem a noção de *articulação* e *cooperação social*, essencial para a argumentação aqui desenvolvida.

Se linguagem e cultura são elementos fundamentais para explicar as sociedades humanas, a ontologia de Popper (1978), com sua divisão da realidade em três mundos, é importante. Segundo esta visão, o 'Mundo 1' corresponderia à realidade física, o 'Mundo 2' à realidade mental e psíquica, e, em especial para as questões discutidas aqui, o 'Mundo 3' corresponderia ao mundo da cultura. Popper afirma que "*By world 3 I mean the world of the products of the human mind*". Mais ainda, Popper afirma que "*Of most though not of all world 3 objects it can be said that they are embodied, or physically realized, in one, or in many, world 1 physical objects*".

Um autor da CI, Brookes, resgata a visão de 'Mundo 3' de Popper e a propõe como fundamento para a CI. O 'Mundo 3' de Popper é desenvolvido por Brookes (1980, p.209) no conceito de *objetivação*, como visões do mundo socialmente condensadas.

Wersig e Neveling (1975), numa tentativa de delimitar o escopo da CI ainda numa etapa de formulação dos seus objetos, afirmam ser informação um conceito muito amplo, que perpassa várias disciplinas científicas. No que estes autores denominam de "*broad solution*", informação poderia ser associada aos elementos fundamentais do universo, juntamente com matéria e energia (MADL; YIP, [s.d.]). No entanto, os autores tratam de afirmar que o conceito de informação que interessa à CI não estava neste escopo mais amplo: no que eles chamam de "*medium solution*", os autores definem "*The basic notion is 'information' as recorded knowledge*". E finalmente, no que os autores definem como "*narrow solution*", informação seria: "[...] *the only phenomenon of information, usually defined as recorded knowledge in the context of scientific and technological work*". A "*medium solution*" é o escopo que os autores propõe como mais adequado para a CI. Este escopo está relacionado com as visões de 'Mundo 3', de Popper e de sua objetivação, de Brookes.

Belkin é um dos primeiros autores no campo da CI que formula o "paradigma cognitivo", assim chamado ao deslocamento e ampliação do espectro de interesse da CI para questões que envolvem os aspectos cognitivos dos usuários (e produtores) de informação. Introduce diversas questões e aspectos característicos do fenômeno informação, de interesse para uma análise do conceito. Ao definir informação como "[...] *is that which is capable of transforming structure*" (BELKIN; ROBERTSON, 1976, p.198), se referindo às estruturas mentais do receptor de uma

mensagem, Belkin introduz também a questão desta mudança ser *intencional* por parte do emissor da mensagem. Chama a atenção para o fato de que o fenômeno informação extrapola e inclui relações com o conhecimento individual, com estruturas sociais conceituais e com o conhecimento formalizado. Na esteira das formulações de Belkin, a proposta do “paradigma cognitivo” é ampliada para o paradigma “sócio-cognitivo” (CAPURRO, 2003; HJÖRLAND, 2004), a formulação atual e mais ampla do escopo da CI, caracterizada como uma ciência cognitiva, que discute as condições de interpretação de fenômenos informativos por usuários em contextos sociais e históricos definidos.

O aspecto cognitivo da informação remete para a Semiótica como a ciência básica interessada no fenômeno humano da interpretação das percepções do mundo. “*É no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração dos sinais (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em signos ou linguagens (produtos da consciência)*” (SANTAELLA, 1990). Foucault (2002, p.81) enfatiza categoricamente este aspecto quando afirma que “*O signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui num ato de conhecimento*”. Vários autores (RABER; BUDD, 2003; BRIER, 2004; HUANG, 2006) têm buscado aportes da Semiótica para chegarem a definições de informação.

Buckland (1997) fala da ambiguidade do termo informação e distingue três possíveis faces para informação: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa. Associa documentos, como objetos informativos, à “informação como coisa”. Enquanto nas acepções de “informação como processo” e “informação como conhecimento” estão envolvidos aspectos cognitivos e psicológicos, “informação como coisa” é a única que pode ser apropriada pelos sistemas de informação e ser objeto do trabalho informativo.

Outra vertente de interesse para a proposta deste trabalho é a compreensão do papel dos documentos e da “informação” nas sociedades humanas. Barry Smith (2005) faz alusão ao texto de John Searle intitulado “Speech Acts”<sup>7</sup> quando propõe uma teoria do que este autor chama de “*document acts*”, para explicar o papel que os documentos jogam nas relações sociais: “[...] *it might be used to provide a better understanding of the role of documents in the coordination of human actions*”. Frohmann (1995) propõe eliminar a subjetividade inerente ao conceito de informação, ao propor uma análise fenomenológica, baseada na maneira como este

fenômeno se apresenta em momentos históricos específicos; propõe uma análise baseada nos “jogos da linguagem”, de Wittgenstein, na qual os usos da informação, materializada em práticas documentais concretas, em situações histórico-sociais definidas, são o objeto privilegiado.

Baker (2004) propõe uma análise ontológica de artefatos, que inclui características como objeto artificial, intencionalidade/propósito, funcionalidade, entre outras, que serve de base para caracterizar documentos como artefatos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que utiliza o método bibliográfico. Foram buscados textos oriundos de áreas como Antropologia Cultural, Biologia Evolutiva e Psicologia Evolutiva, além de áreas como Semiótica e Ontologia, além de textos com origem na própria CI. São analisados os fundamentos antropológicos, sociais e culturais da noção de documento para se chegar ao seu papel social nas sociedades humanas primitivas; este papel é extrapolado para as sociedades atuais. A partir deste papel é feita uma análise ontológica do documento, discutida a emergência do conceito de informação, incluindo seus fundamentos ontológicos, e as possíveis relações entre ambos os conceitos. É esboçada uma teoria que integra os conceitos de documento e informação; o documento é proposto como possível base comum para essas disciplinas.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 Linguagem, Cultura e Documento**

O homem é um ser profundamente dependente da vida social; esta dependência assume um *caráter estrutural* (MATURANA; VARELA, 2000). Manter os vínculos sociais era questão de vida ou morte para os frágeis bandos de ancestrais humanos (DUNBAR, 1993). No contexto evolutivo humano a emergência do pensamento simbólico tem seus primeiros indícios remontando a mais de 100.000 anos (WONG), conforme indicam os desenhos, ossos e as conchas perfuradas como contas, encontradas na África do Sul. É de se esperar que a

linguagem tenha emergido um pouco antes. Anatomicamente, o surgimento da linguagem está associado à evolução e desenvolvimento da mesma região do cérebro responsável por nossas habilidades manuais (NEUWEILER, 2010).

A emergência da linguagem representou para a espécie humana um diferencial evolutivo decisivo (ENARD *et al.*, 2002), (KNIGHT, 2000). Nowak e Komarova (2001, p.288) resumem o significado da emergência da linguagem para a espécie humana:

O significado adaptativo da linguagem humana é óbvio. É vantajoso falar. Cooperação nas caçadas, coordenação de atividades, compartilhamento de tarefas, manutenção de vínculos sociais, manipulações e trapaças, todas estas atividades se beneficiam de um crescente poder expressivo da linguagem. A seleção natural (incluindo a seleção sexual) pode certamente demonstrar consequências da comunicação<sup>ii</sup>.

Nenhum sistema de comunicação encontrado no reino animal se compara, no entanto, à linguagem humana, às funções *simbólicas* que são características da linguagem humana. Várias teorias atribuem a origem da linguagem humana à existência de uma protolinguagem (NOWAK; KOMARONOVA, 2001). A partir de sons isolados – palavras – associados a significados numa relação um para um, a linguagem humana evoluiu, incorporando *funções sintáticas* (CHOMSKY, 2002), a serialização de palavras (NOWAK; KOMARONOVA, 2001). Na linguagem humana significados não são somente dados por palavras isoladas, mas por *combinações de palavras*. Desta forma podiam ser criadas possibilidades infinitas de combinações e de novos significados. Estes autores mostram como esta crescente flexibilização, junto com o potencial comunicativo e a economia de energia proporcionada pela linguagem humana acabaram tornando-se diferenciais evolutivos decisivos.

A linguagem, como um primeiro grau de externalização do pensamento simbólico, permite maior cooperação e articulação social. Dunbar (1993) ao discutir a vida social dos primatas chama atenção para o tempo gasto nos contatos sociais necessários para manter a estabilidade e os vínculos do grupo: macacos passam grande parte do seu tempo coçando uns aos outros ou catando piolhos. Ao discutir os contatos sociais em grupos de humanos primitivos. Esse autor afirma que a possibilidade de grupos sociais maiores dependia de mecanismos mais eficientes de manter os contatos sociais indispensáveis à coesão do grupo e afirma que só a linguagem cumpria esta finalidade.

Com certeza uma mutação genética por si só não criou a linguagem, mas esta habilidade encontrou nos grupos sociais humanos cada vez mais complexos a possibilidade de desenvolver-se. As mutações que viabilizaram a linguagem humana foram as últimas alterações biológicas significativas em nossa espécie. Biologicamente hoje somos praticamente idênticos aos nossos antepassados de 100.000 anos atrás. A partir deste período o grande vetor evolutivo da humanidade tem sido a *cultura*.

A linguagem é uma característica humana que é pré-requisito para a evolução da cultura como nós a entendemos (FLYNN, 1997) uma cultura crescentemente *acumulativa*. Uma linguagem cada vez mais sofisticada no sentido de ser capaz de expressar pensamento simbólico, ou seja, capaz de contar, descrever, re-apresentar, socializar situações na ausência delas, argumentar, convencer, se torna um forte mecanismo de *cooperação e articulação social* e garante à espécie humana um diferencial evolutivo decisivo.

A evolução histórica da sociedade humana para formas cada vez mais complexas, um imperativo evolutivo e de sobrevivência da própria espécie humana, demanda *pari passu* mecanismos de articulação social e de reuso do conhecimento cada vez mais complexos; estes são providos, num primeiro momento, pela linguagem.

No homem, a cultura transcende instintos, independe dos corpos individuais, se materializa e se autonomiza nos produtos da cultura. As sociedades humanas vivem e sobrevivem na cultura. Manter e desenvolver a cultura é uma questão de sobrevivência. Num momento histórico mais recente, há cerca de 5.000 anos A.C., no contexto de sociedades humanas já bastante complexas, a linguagem falada é externalizada, fixada, têm superada sua fragilidade e perenidade como mecanismo de comunicação intersubjetivo, materializada através de artefatos na escrita e desta no documento.

O que é um documento? Qual sua natureza? No documento essas funções da linguagem, de cooperação e articulação social, se ampliam, ganham novas funcionalidades e potencialidades sociais; o documento representa um *avanço* sobre as potencialidades da linguagem para a consecução dessas funções. O documento ganha em relação à linguagem, além das capacidades de externalização e intersubjetividade, também *autonomia, registro de mensagens, sua permanência e*

*portabilidade – capacidade destas mensagens de atravessar o tempo e o espaço.* O documento é um produto da cultura, construído pelo homem, um artefato. Intenção e função são características essenciais de qualquer artefato. Todo o artefato, entre os quais está arrolado o documento, segundo Baker (2004, p.99), “[...] *are objects intentionally made to serve a given purpose*”; este autor acrescenta ainda que: “*Thus, an artifact has its proper function essentially: The nature of an artifact lies in its proper function-what it was designed to do, the purpose for which it was produced*” (BAKER, 2004, p.105). Enquanto tal o documento permite viabilizar a *intenção* de seu criador de *realizar a função* de transferir mensagens (para alguém), graças a sua permanência e portabilidade, em contextos sociais definidos, através do tempo e do espaço.

Documentos enquanto produtos da cultura, enquanto artefatos, ampliam as funções da linguagem e seu papel na cultura humana é viabilizar praticamente, de forma mediada, a intersubjetividade, permitindo a fixação e transmissão mensagens através do tempo e do espaço. Estas mensagens visam: 1– articulação, cooperação, coordenação de atividades sociais; 2– registro de experiências, utilização, reutilização, recontextualização do conhecimento. A sobrevivência da espécie humana e sua história social vêm obrigando ao desenvolvimento de ambas as funções.

O surgimento de documentos resulta em mais e maiores possibilidades de armazenamento, recuperação, reuso em larga escala, funcionando como base sólida para a cultura, para articulação de sociedades cada vez mais complexas e mais dependentes de articulação social e conhecimento para se manterem.

#### **4.2 Funções Sociais dos Documentos: documento e conhecimento, documento e ação**

À primeira função dos documentos corresponde *grosso modo* às atividades da Arquivologia tradicional; à segunda, às da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação tradicionais. Pelo lado da Ciência da Informação, esta sempre esteve preocupada com “informação enquanto conhecimento” (BUCKLAND, 1991). Esta, até recentemente, vinha negado seu legado com a Documentação e menosprezado o papel do documento nas práticas informacionais; ao documento era relegado um lugar menor, como se as questões relativas ao documento

representassem um estágio *embrionário* da Ciência da Informação, encerrado definitivamente com a reificação da “informação” – um “objeto” diferente, que pode ser processado por computador. Só pouco a pouco aportes recentes da Ciência da Informação esboçam visões que privilegiam documentos não como portadores de conhecimento, mas que têm uma função social e um funcionamento definido dentro de contextos sociais específicos (FROHMANN, 1995), (BROWN; DUNGUID, 1996). Hoje este legado vem sendo cada vez mais reconhecido (LUND, 2009). Estas visões enfatizam o papel social dos documentos, inseridos em relações sociais definidas e historicamente situadas; servem de bases para o esboço de uma teoria geral que integre documentos e informação. Frohmann afirma o primado ontológico do documento sobre a informação e afirma que seu caráter informativo depende das práticas sociais.

Buckland (1997), fazendo um retrospecto das definições de documentos desde os primórdios da Documentação até aos documentos digitais, chama atenção para o fato de que, antes de tudo, documentos devem *funcionar* como documentos:

The evolving notion of "document" among Otlet, Briet, Schürmeyer, and the other documentalists increasingly emphasized whatever functioned as a document rather than traditional physical forms of documents. The shift to digital technology would seem to make this distinction even more important. Levy's thoughtful analyses have shown that an emphasis on the technology of digital documents has impeded our understanding of digital documents as documents (e.g. Levy, 1994) (BUCKLAND, 1997, p.6).

O desenvolvimento da Filosofia vem mostrando um interesse crescente com a questão do conhecimento, e da linguagem como mecanismo de acesso a este. Dummett, citado por Marcondes (2004, p.9), divide a tradição filosófica desde os gregos em três grandes períodos: o primeiro vai da filosofia antiga (Séc. VII a.C.) até o final do pensamento medieval (Séc. XIV), e tem como interesse central a *questão ontológica*, a natureza do universo e dos seres; o segundo caracteriza-se por uma ruptura radical com o primeiro e marca o surgimento da filosofia moderna (Séc. XVI-XVII), tendo como questão central a *epistemologia*, a investigação sobre o conhecimento; o terceiro período marca a ruptura, por sua vez, da filosofia contemporânea (final do Séc. XIX – início do Séc. XX) com a filosofia moderna; essa nova ruptura introduz a questão *lógico-linguística*, ou seja, o conhecimento não pode ser entendido independentemente de sua formulação ou expressão em uma linguagem.

A filosofia da linguagem que se delineia a partir do fim do Século XIX e início do Século XX pode ser dividida em duas vertentes: a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária (COSTA, 2003, p.8). A primeira, preocupada com o uso lógico-semântico da linguagem como instrumento para o conhecimento, em especial, para a ciência; a segunda, com o uso da linguagem para fins pragmáticos, como instrumento de interação social, como seu uso no dia a dia.

Na vertente lógico-semântica temos as contribuições importantes de Frege, de Carnap, de Bar-Hillel, de Russel, do primeiro Wittgenstein e dos positivistas lógicos. Estes pensadores tinham como preocupação instrumentar a linguagem com vistas à precisão de significados necessária para se atingir a verdade, necessária à Ciência. Ao primeiro uso da linguagem corresponde à função do documento enquanto registro de conhecimento.

O uso da linguagem, por permitir a externalização de mensagens e sua intersubjetividade, coloca a questão da subjetividade, da interpretação de uma mensagem. Quando a linguagem é utilizada para transferir mensagens através de documentos, que atravessam o tempo e o espaço, esta questão torna-se mais dramática, pois os interlocutores não estão mais cara a cara para tirar as ambiguidades da mensagem. O uso da linguagem na Ciência, com sua pretensão à universalidade e necessidade, impõe o controle da subjetividade, o controle dos significados. As propostas fundadoras da Documentação de Otlet, passando pela proposta inicial do que seria denominada CI, se vinculam a este uso da linguagem. Buscam o controle dos significados necessário à Ciência, o controle terminológico, a construção de instrumentos para fixar significados, como tesouros e tabelas de classificação.

O segundo uso da linguagem, o uso pragmático no dia a dia, tem como representantes na Filosofia da Linguagem o segundo Wittgenstein, Austin, Searle, Habermas, com sua proposta de pragmática universal. A este uso corresponde a função do documento como meio e instrumento de interação social *mediada*, em correspondência às funções da linguagem de articulação, cooperação, coordenação de atividades. Neste uso documentos (só) “funcionam” dentro de contextos sociais bem definidos: aos atos da fala (SEARLE, 1971) correspondem os assim denominados “atos dos documentos” (SMITH, 2005). Documentos instauram e são

instaurados por protocolos sociais; seu uso é referendado/institucionalizado/validado por uma rede de acordos explícitos ou implícitos a que o documento se refere.

### 4.3 Documento e Informação

Buckland, no seu trabalho “*Information as thing*”, ao buscar chegar a um conceito de informação, identifica três perspectivas sob as quais a informação pode ser vista: 1- *Information-as-process*, 2- *Information-as-knowledge* e 3- *Information-as-thing*. Ao analisar e relacionar estas perspectivas propõe como caminho, ao invés de responder o que seria informação, investigar que coisas são informativas, e sob que circunstâncias:

*We conclude that we are unable to say confidently of anything that it could not be information.*

This leads us to an unhelpful conclusion: If anything is, or might be, informative, then *everything* is, or might well be, information. In which case calling something "information" does little or nothing to define it. If everything is information, then being information is nothing special. (BUCKLAND, 1991).

A conclusão de Buckland nos deixa perplexos. Se qualquer coisa pode ser informação, em que circunstâncias isto se dá, quando não temos informação? Buckland responde a esta questão afirmando que: *Being information is situational*.

Information-as-process is situational. Therefore, evidence involved in information-as-process is so situationally also. Hence, whether any particular object, document, data, or event is going to be informative depends on the circumstances, just as the "relevance" of a document or a fact is *situational* depending on the inquiry and on the expertise of the inquirer (Wilson, 1973) (BUCKLAND, 1991).

No seu texto Buckland destaca o papel e as habilidades do usuário “*the expertise of the inquirer*”. Se informação é *situacional*, como afirma Buckland, a pergunta anterior pode então ser recolocada: em que situações qualquer fenômeno pode ser informação? A Semiótica, a ciência dos signos, fornece elementos para responder a questão deixada por Buckland, a partir da relação que estabelece entre percepção, pensamento e signo:

Qualquer coisa que esteja presente à mente está no lugar de alguma outra coisa (SANTAELLA, 2008, p.58).

Perceber é se defrontar com algo (SANTAELLA, 2008, p.60).

É no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração dos *sinais* (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em

*signos* ou *linguagens* (produtos da consciência) (SANTAELLA, 1990, p.15).

Assim, a própria percepção humana dos mais variados fenômenos seria um processo sógnico. Umberto Eco define assim os componentes de um processo sógnico ou semiose, ressaltando sua especificidade de ser típica dos seres humanos:

A semiose é o fenômeno, típico dos seres humanos (e, segundo alguns, também dos anjos e dos animais), pelo qual – como diz Peirce – entram em jogo um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação (ECO, 1989, p.11, nota).

O aporte da Semiótica na conceituação de informação já tem sido observado por vários autores no campo da Ciência da Informação, como Raber e Budd (2003) e Huang (2006). Os primeiros afirmam:

[...] and the word information is forced to do double duty, signifying both speech (regardless of its medium) and thought, both text and content. This contributes to theoretical confusion in information science (RABER; BUDD, 2003, p.3).

[...] text, regardless of its medium, is the tangible form of information. Information is a kind of sign that unites text and content (RABER; BUDD, 2003, p.3).

Estes autores apontam corretamente a confusão conceitual surgida por se tratar a “informação” ora como “*speech*” ou como “*thought*”. Segundo eles, recorrer à Semiótica e definir informação como signo poderia resolver o impasse.

À colocação de Buckland (1991) de que tudo pode ser informação “*everything is, or might well be, information*”, preferimos o conceito de *potencialidade informativa*, para não referendar o uso corriqueiro do termo informação como “coisa”. Ou seja, a realidade é plena de fenômenos *potencialmente informativos*, um fenômeno é informativo quando é interpretado por alguém, quando algo faz algum sentido para alguém. Floridi (2006), no seu trabalho “*the logic of being informed*”, reconhece claramente que *informar(-se)* é um processo, no qual alguém é informado por algo. Isso coloca as questões da interpretação, dos intérpretes, ou seja, dos usuários da informação para usar um termo mais comum em nossa área, como central para a CI. Capurro (2003) coloca esta questão com todas as letras, ressaltando o débito da CI com a Hermenêutica. Nos grandes processos reflexivos por que tem passado a CI desde sua constituição enquanto disciplina, o hoje chamado “paradigma cognitivo” e, posteriormente, o “paradigma sociocognitivo” (HJÖRLAND, 2004), a questão do usuário vem se tornar central.

O aporte da Semiótica levanta dois outros problemas que devem ser discutidos e contextualizados para que a Semiótica possa ser apropriada e utilizada em nossa disciplina. Primeiro, na Semiótica está implícito que a “interpretação” é somente do intérprete, que para nós seria o usuário; nada é dito sobre o produtor ou autor do signo, de suas intenções ao fazê-lo. Segundo, ao introduzir a questão da interpretação, conduz necessariamente a um subjetivismo, inerente aos processos humanos de interpretação. A CI é uma ciência social aplicada, que tem como campo de aplicação os sistemas de informação, aos quais é cobrado um alto grau de eficácia e eficiência. Como lidar com o subjetivismo na gestão de sistemas de informação?

É novamente Buckland que oferece um aporte fundamental nesta questão, com suas noções de “*information-as-thing*” e “*information by consensus*”: “[...] *and we noted that information systems can deal directly only with "information-as-thing"* (BUCKLAND, 1991). Além disso:

Where there is a consensus of judgement, the consensus is sometimes so strong that the status of objects, especially documents, being information is unquestioned, e.g. telephone directories, airline timetables, and textbooks. In these cases arguments are only over niceties such as accuracy, currency, completeness, and cost. As a practical matter some consensus is needed to agree on what to collect and store in retrieval-based information systems, in archives, data bases, libraries, museums, and office files. But because these decisions are based on a compounding of different judgements, as noted above, it is not surprising that there should be disagreement. Nevertheless, it is on this basis that data are collected and fed into databases, librarians select books, museums collect objects, and publishers issue books (BUCKLAND, 1991).

Segundo Belkin (1976, p.198), um dos pais da visão cognitiva na CI, “*Information is that which is capable of transforming structure*”. O que é capaz de transformar estruturas é um processo; o aporte da Semiótica (BRIER, 2004) permite identificar informação com o *processo de interpretação de um fenômeno por alguém*. Um processo de interpretação bastante complexo, no entanto, em que entram em jogo, por parte do intérprete ou usuário, a necessidade de informar-se, a capacidade de interpretar, entre outras questões, e por parte do produtor ou autor do signo, sua intencionalidade, entre outras questões. Entram em ação, também, diferentes processos de intermediação nos quais, tanto o contexto original é mantido, como novas recontextualizações são produzidas.

Acrescentaríamos à formulação de Floridi, que um processo informacional incluiria um produtor, com sua intencionalidade, um artefato onde esta registrada uma mensagem para viabilizar que ela atravessasse espaço e tempo, um usuário também com sua intencionalidade/necessidade.

Informação assim é um processo, não uma coisa, é o processo de informar(-se) através de coisas que são potencialmente informativas, em especial, de artefatos criados com a intenção precípua de informarem de modo *mediado* (através do tempo e do espaço), os documentos. Entre estas coisas, há muito que a sociedade humana criou um artefato, informativo por excelência, o documento. Na verdade, o mecanismo que a humanidade vem utilizando para informar(-se) mediadamente e em larga escala se dá através de documentos. Documentos têm potencialidades sociais e culturais muito mais amplas que simplesmente a linguagem, uma vez criados são independentes do produtor, diferentes mecanismos de mediação (armazenamento, transferência, recuperação) podem ser criados entre o produtor e o usuário. Como informar(-se)? Através de documentos, artefatos criados especificamente para este fim.

Briet (2006, p.10) em 1951 já havia observado esse caráter sógnico dos documentos, ao defini-los como: “[...] *any concrete or symbolic indexical sign (índice), preserved or recorded towards the ends of representing, of reconstituting, or of proving a physical or intellectual phenomenon*”. No entanto, este caráter sógnico não está *sempre* na mensagem em si, no conteúdo, como a CI tradicional enxerga. O caráter sógnico ou significado varia entre *dois pólos*, o da mensagem em si e o do contexto onde o documento funciona; se pode empregar aí as noções de denotação e conotação; sua denotação seria seu significado literal, o significado da mensagem em si, do seu conteúdo; sua conotação seria o significado que adquire ao ser empregado em determinado contexto, que *extrapola sua mensagem*.

Em determinados usos sociais, na maioria das vezes, o contexto é mais informativo que o conteúdo do documento em si; isto pode ser exemplificado se pensarmos numa senha como as distribuídas nas agências bancárias para ordenar o atendimento como um “documento”; o conteúdo ou mensagem em si praticamente não tem significado; o significado está no contexto em que a senha é utilizada. Na maioria dos usos de documentos no que a Arquivologia tradicional chama de uso corrente, o caráter sógnico do documento funciona desta maneira.

Em outros usos dos documentos o pólo da mensagem em si predomina, nos usos relacionados como na leitura de um “*paper*” por um pesquisador, nas aplicações em que priorizam e praticamente identificam um documento com seu conteúdo, como a Biblioteconomia e CI tradicionais. Nestas, a relação informação (via documentos) e conhecimento é direta.

#### **4.4 Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação**

Pode-se traçar um quadro das relações da Arquivologia, Biblioteconomia e CI com o documento. A Arquivologia tem como objeto diretamente arquivos enquanto conjuntos de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27), (SCHELLEMBERG, 2005, p.41), sua preservação, incluindo aí, além da preservação física, a da sua proveniência e ordem orgânicas, numa visão patrimonialista. Mais recentemente, diante do fenômeno da “explosão informacional” e do acúmulo de papéis nas administrações públicas e privadas, não pode fechar os olhos para a questão da gestão de documentos, de “informação” e de conhecimento, onde, de alguma forma, a questão do usuário esta colocada.

A Biblioteconomia tem relação com o documento na questão da formação de coleções, onde, de uma forma ou de outra, um possível usuário com suas necessidades, é pressuposto. Esta questão é, naturalmente mais nítida nas bibliotecas especializadas em oposição às bibliotecas públicas e nacionais, que guardam um usuário quase anônimo, uma visão iluminista, de promoção da cultura e do saber, também patrimonialista.

Uma grande contribuição da CI para além da manipulação de documentos em si, como é o caso da Arquivologia e também da Biblioteconomia, é a preocupação com o processo cognitivo do usuário da informação, que surge com o que é conhecido como “paradigma cognitivo”. Na verdade a relação mais genérica e fundamental, capaz de unificar as visões de documentos das diferentes disciplinas analisadas anteriormente seria entre *o documento e o informar(-se)* enquanto processo cognitivo, o documento como mecanismo para informar(-se) com vistas a um *agir informado* de alguém, de um usuário. Esta talvez seja uma ponte sólida entre documento e informação (e possivelmente, entre a CI).

Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, cada uma delas trata de objetos distintos: documentos e informação; mesmo quando esses objetos são comuns, trata-os de maneiras diversas. Documentos e informação, enquanto objetos destas áreas de conhecimento, têm interfaces, participam de processos comuns, mas não relações de gênero-espécie, como pode fazer crer a Tabela de Áreas do Conhecimento CAPES/CNPq.

Se a Arquivologia e a Biblioteconomia se colocam como práticas e mesmo como práticas profissionais (para as quais aqui no Brasil existem associações profissionais), a CI é a primeira a se reivindicar, desde seu surgimento, no exterior e também no Brasil, o status de *Ciência*. O status de ciência é essencial no meio acadêmico. A biblioteconomia especializada americana é uma das raízes da CI. A Biblioteconomia logo percebeu a importância de reivindicar para si o *status* de Ciência; desde a Década de 60, que marca a institucionalização da CI a partir do Encontro no *Georgia Institute of Technology*, EUA (SHERA, 1980), vários departamentos, institutos e escolas de biblioteconomia americanos na sua maior parte, mas também britânicos e mesmo de outros países europeus, alteraram suas denominações para "*Library and Information Science*". É conhecido o fato de que a *American Documentation Institute* ter alterado sua denominação para *American Society for Information Science* (ASIS) (BUCKLAND, 1998). Este processo se repete também aqui no Brasil. Em um passado não muito distante a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) passou a denominar-se Escola de Ciência da Informação, o Departamento de Documentação da UFF passou a denominar-se Departamento de Ciência da Informação, só para citar alguns casos. Ainda no caso brasileiro, já as escolas de Arquivologia isoladas, isto é, não associadas a cursos ou escolas de Biblioteconomia, ficaram à margem deste processo, como é o caso da Escola de Arquivologia da UNIRIO e do Curso de Arquivologia da UFSM. Esta questão faz toda a diferença no desenvolvimento ulterior da área como um todo e explica, em grande parte, a atual configuração da Tabela de Áreas do Conhecimento CAPES/CNPq.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade do agir informado foi e é essencial para a espécie humana. A problematização do agir informado mediado por documentos, da qual se ocupam de forma ampla o que poderiam ser chamadas de Ciências da Documentação, remota, como foi visto, às origens da humanidade, à sua evolução, à cultura e à linguagem. Esta visão é próxima à de Wersig e Neveling (1975, p.136), quando propõe o que eles chamam de “*medium solution*” para o escopo da CI.

As visões oriundas da CI e da Documentação ainda hoje relutam em enxergarem outros usos dos documentos que não sejam os de registro de conhecimento. Esta é justamente a visão da Arquivologia. O uso pragmático dos documentos em funções de articulação, cooperação, comunicação com vistas à coordenação de atividades, têm pouco a ver com a questão do conhecimento como é privilegiado pela CI (a não ser, talvez, quando falamos numa pragmática informada, num agir informado).

A CI, ao superar o assim chamado “paradigma físico” dos primórdios de sua constituição, incorpora, pelo menos em parte, a visão do informar(-se) como um processo cognitivo. No entanto, esta incorporação é inconsistente, por não ser consensual (ainda hoje, mesmo entre autores da CI, usa-se ordinariamente o conceito de informação como coisa e não como o processo de informar(-se)) e por não incorporar e não trabalhar a intencionalidade do produtor do documento.

“Informação” enquanto processo informativo é, sim, trabalhado em autores da CI como Frohman (1995) e González de Gómez (2003) sob o conceito de regimes de informação, fluxos de “informação” inseridos em processos sociais. Floridi (2006) trabalha o conceito de uma lógica de *alguém ser informado de algo*.

Assim, um processo informacional, no que interessa à CI, é um processo de transmissão intencional de mensagens – ou conteúdo de documentos – mediadas, isto é, através do tempo e do espaço. Este processo informacional é desencadeado por um produtor (algumas vezes, por um autor) segundo uma determinada intencionalidade ou significado pretendido. De um modo muito geral, este significado está ligado à intenção do produtor de coordenar suas atividades com a de usuários a quem o produtor dirige a mensagem ou a permitir transmitir-lhe conhecimento para que estes possam reutilizá-lo. Este significado tanto pode estar ligado ao conteúdo

em si da mensagem quanto ao contexto em que a mesma é emitida ou que o destinatário/usuário a encontra.

A invenção de documentos, com sua autonomia em relação ao produtor, permite que este processo seja mediado através do tempo e do espaço. Permite também manipular de diferentes maneiras, documentos, acumulá-los nos mais diferentes sistemas de informação, intermediando e facilitando seu acesso a potenciais usuários.

Dada a super oferta de mensagens, as sociedades organizam sistemas de intermediação, onde documentos e seus contextos são disponibilizados. Numa sociedade complexa como a atual, a mediação é também um processo complexo. Usuários interpretam contextos intencionalmente e potencialmente (mas não necessariamente) informativos para (eventualmente) informar-se e para um agir informado no mundo.

Documentos são assim objetos (inclusive os digitais), *artefatos* através dos quais a sociedade pode se apropriar em larga escala – através de processos de produção, armazenamento, transferência, recuperação – de potencialidades informativas que ela utiliza para seu agir informado. Documentos, entendidos como o cerne de contextos sociais potencialmente informativos são, portanto, a base para o estudo dos mesmos.

O arranjo da área de CI na Tabela de áreas CAPES/CNPq é hoje desastroso, confuso e epistemologicamente incorreto. A discussão das relações entre uma possível Ciência da Documentação que tivesse no documento pilares e interfaces para a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Documentação e própria CI como áreas que têm como objeto o documento segundo diferentes aspectos, além de uma forte interface com a Museologia, hoje se coloca como essencial e inadiável. A afirmação da área no cenário de C&T e seu reposicionamento diante da comunidade científica brasileira vão se dar através de uma clareza destas interrelações, nas quais o documento assume um papel central.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACKER, L. R. The ontology of artifacts. **Philosophical Explorations**, v.7, p.99-112, 2004. Disponível em: <<http://people.umass.edu/lrb/files/bak04ontM.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

Revista EDICIC, v.1, n.1, p.206-227, Ene./Mar. 2011. Disponible en: <<http://www.edicic.org/revista/>>.

- BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, Jul./Aug. 1976.
- BRIER, S. Cybersemiotics and the problems of the information processing paradigm as a candidate for an unified science of information behind library information science. **Library Trends**, v.52, n.3, 2004. p.629-658. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 1 ago. 2004.
- BRIET, S. **What is documentation?** S.l.p.: Scarecrow Press, 2006. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~roday/briet.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2009.
- BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. Part II. Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality. **Journal of Information Science**, v.2, n.5, p.209-221, 1980.
- BROWN, J.; DUNGUID, P. The social life of documents. **First Monday**, v.1, n.6, May 1996. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/466/820>>. Acesso em: 5 mar. 2009.
- BUCKLAND, M. Documentation, Information Science and Library Science in U.S.A. In: HAHN, T. B.; BUCKLAN, M. (Eds.). **Historical studies in Information Science**. Meford (NJ), EUA: Information Today, 1998. p.159-172
- BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 9 nov. 2003.
- BUCKLAND, M. What is a "document"? **Journal of the American Society of Information Science**, v.48, n.9, p.804-809, Sep. 1997. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>>. Acesso em: 2 jun. 2010.
- COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Filosofia – Primeiros Passos, 5).
- DUNBAR, R. I. M. Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. **Behavioral and Brain Sciences**, v.16, n.4, p.681-735, 1993. Disponível em: <<http://www.bbsonline.org/documents/a/00/00/05/65/bbs00000565-00/bbs.dunbar.html?rel=nofollow>>. Acesso em: 14 jul. 2009.
- ECO, U. **Sobre os espelhos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ENARD, W. *et al.* Molecular evolution of FOXP2, a gene involved in speech and language. **Nature**, v.418, n.22, Aug. 2002. Disponível em: <<http://ww.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2009.
- FLORIDI, L. The logic of being informed. **Logique & Analyse**, v.196, 2006. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.105.7807>>. Acesso em: 8 ago. 2009.
- FLYNN, M. V. Culture and the evolution of social learning. **Evolution and Human Behavior**, v.18, n.1, p.23-67, Jan. 1997.
- FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, **Proceedings...** Edmond (Alberta), 1995. Disponível em: <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>> Acesso em: 1 out. 2008.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **Comunicação-informação-cognição**: interfaces. In: SEMINÁRIO INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, COGNIÇÃO: NA COMPLEXIDADE DOS SISTEMAS DE SAÚDE (FIOCRUZ). **Comunicação...** Rio de Janeiro, 2003.

- HJÖRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Feb./Mar. 2004. Disponível em <<http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html>>. Acesso em: 23 mar. 2009.
- HUANG, S.-C. A semiotic view of information: Semiotics as a foundation of LIS research in information behavior. In: GROVE, A. (Eds.). Annual Meeting of the American Society for Information Science and Technology (ASIST), 43., **Proceedings...** Austin (US), 2006. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/archive/00008436/01/Huang\\_Semiotic.pdf](http://eprints.rclis.org/archive/00008436/01/Huang_Semiotic.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2008.
- KNIGHT, C.; STUDDERT-KENNEDY, M.; HURFORD, J. R. Language: a Darwinian adaptation? In: KNIGHT, C.; STUDDERT-KENNEDY, M.; HURFORD, J. R. (Eds.). **The evolutionary emergence of language: Social functions and the origins of linguistic form**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/00020471.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- LUND, N. W. Document theory. In: Cronin, Blaise (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Silver Spring (MD), EUA: ASIS&T; Meford, NJ, EUA: Information Today, 2009. p.399-432.
- MADL, P.; YIP, M. **Information, matter and energy: a non-linear world-view**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sbg.ac.at/ipk/avstudio/pierofun/transcript/EML.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- MARCONDES, C. H. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n.2, 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>>. Acesso em: 14 jul. 2010.
- MARCONDES, D. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Filosofia Passo a Passo, 45).
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- NEUWEILER, G. A origem do nosso entendimento. **Scientific American Brasil**, n.37, Ed. Esp., 2010.
- POPPER, K. **The tanner lecture on human values**. The University of Michigan, 1978. (Palestra proferida na Universidade de Michigan, em abril de 1978). Disponível em: <<http://www.tannerlectures.utah.edu/lectures/documents/popper80.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.
- RABER, D.; BUDD, J. M. Information as sign: semiotics and information Science. **Journal of Documentation**, v.59, n.5, p.507-522, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2004.
- SANTAELLA, L.; VIEIRA, J. A. **Metaciência: como guia da pesquisa**. São Paulo: Mérito, 2008.
- SHELLEMBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SEARLE, J. R. **Speech acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SMITH, B. **Document Acts**. [s.l.],[2005]. Disponível em: <[http://ontology.buffalo.edu/document\\_ontology/document\\_acts.doc](http://ontology.buffalo.edu/document_ontology/document_acts.doc)>. Acesso em: 20 mar. 2007.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, H. E. (Org). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105 (Série Ciência da Informação)

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, Dec. 1975.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Searle, John R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

<sup>ii</sup> Tradução nossa.